



**CUIDADO INFANTIL E FAMÍLIAS
TRABALHADORAS: NOVA
OPORTUNIDADE OU ELO FALTANTE?**

Um sumário de evidências

Introdução

O cuidado infantil é um pilar fundamental da iniciativa de Políticas Amigáveis à Família, que defende o apoio do governo e das empresas às famílias no fornecimento de cuidados para crianças pequenas. Este resumo defende um maior investimento em cuidados infantis acessíveis e de qualidade, destacando o seu potencial para garantir um “triplo dividendo” do desenvolvimento positivo das crianças pequenas, o empoderamento das mulheres e o crescimento econômico.

Nosso ponto de partida é uma crise global de cuidados - que está deixando milhões de crianças sem apoio adequado e colocando severas restrições em seus cuidadores, que são principalmente mães, avós e meninas.¹ Vários fatos estilizados sublinham esses pontos.

Atualmente, milhões de crianças não têm acesso a cuidados de qualidade:

- Em 76 países de baixa e média renda (LIC e MICs), pouco mais de uma em cada cinco crianças menores de 5 anos (cerca de 45 milhões) não tinham a supervisão de um adulto por pelo menos uma hora em uma determinada semana.²
- Em 67 LIC e MIC, quase 57 milhões de crianças de 3 a 5 anos (69 por cento) não frequentaram um programa de educação infantil.³
- Nos LIC e MIC, 43 por cento das crianças com menos de 5 anos de idade - cerca de 250 milhões - correm risco de desenvolvimento abaixo do ideal devido à pobreza e à baixa estatura.⁴

As responsabilidades de cuidados geralmente comprometem o empoderamento econômico das mulheres:

- Em 37 países, as mulheres receberam 75% dos cuidados infantis.⁵
- Em 2018, a participação feminina global na força de trabalho foi de 48%, comparada com 75%

para os homens.⁶ A América Latina é a única região em que a participação das mulheres aumentou fortemente desde 1990.⁷

- Em 89 países, as mulheres em seus principais anos reprodutivos (25 a 34 anos) são 22%, mais propensas do que os homens a viverem na pobreza extrema.⁸

Essas estatísticas destacam a necessidade de ação global, como nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em particular, a ação necessária diz respeito às metas centradas em garantir que todas as crianças pequenas tenham acesso a programas de qualidade na primeira infância (4.2), valorizando e apoiando o trabalho não remunerado (5.4) e promovendo trabalho decente para todos (8.5) “ninguém será deixado para trás” e os esforços terão como objetivo “chegar mais longe primeiro.”⁹

Dado que a prestação de cuidados inadequados reduz a produtividade atual e futura de cuidadores e crianças, verifica-se que o fornecimento de cuidados de alta qualidade poderia gerar ganhos econômicos consideráveis:

- O trabalho não remunerado realizado por mulheres é avaliado em até US \$10 trilhões por ano (13% do Produto Interno Bruto ou PIB) - uma implicação é que entre 2016 e 2025, a paridade de gênero nos mercados de trabalho poderia impulsionar o PIB global em até US \$28 trilhões.¹⁰
- Nos países membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a redução da brecha na participação feminina na força de trabalho poderia elevar o PIB em 12% até 2030.¹¹
- Em 73 LICs e MICs, aumentar a matrícula na pré-escola para 50% em um único ano pode aumentar a produtividade de um país em US \$33 bilhões ao longo da vida dessas crianças, com uma relação custo-benefício entre US \$6,4 e US \$17,6.¹²

Evidências e adoção de políticas

Para LICs e MICs, dados transnacionais sobre quem está cuidando de crianças pequenas, a qualidade desse cuidado e seu custo (tanto despesas ocasionais incorridas pelas famílias quanto, financiamento público) são extremamente limitados - por si só um exemplo de como o cuidado é frequentemente negligenciado. Como esses dados não são bem mensurados, é ainda mais difícil fazer e avaliar políticas que considerem esses números. No entanto, uma base crescente de evidências concentra-se nos benefícios de investir no desenvolvimento da primeira infância.

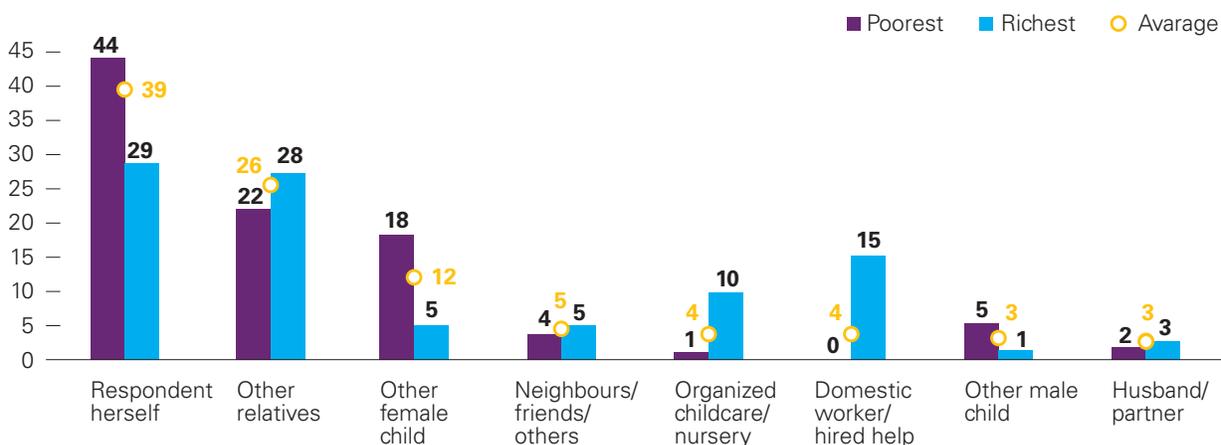
Não contamos com números exatos sobre quanto cuidado está ocorrendo em diferentes contextos. A estimativa mais recente baseou-se em inquéritos de apenas 31 países, o último dos quais foi de 2002.¹³ Estes inquéritos perguntaram às mulheres trabalhadoras com crianças com idade inferior a 6 anos quem cuidava dos seus filhos enquanto elas trabalhavam. A maioria - 39% das entrevistadas - relatou cuidar das próprias crianças, enquanto 22% as deixaram com um parente, 12% as deixaram aos cuidados de uma criança do sexo feminino e 4% as deixaram em uma creche ou com um trabalhador doméstico. Mas há pouca informação sobre como

essas pesquisas são representativas de padrões ou tendências mais amplas, ou se são válidas hoje.

Não obstante, as limitações de dados, é claro que um dos aspectos mais importantes da qualidade é o treinamento, a supervisão e o suporte da força de trabalho. Estudos mostraram que os profissionais de educação infantil exigem pelo menos alguma educação e treinamento especializados, voltados tanto para as dimensões afetivas dos cuidados na primeira infância quanto para o aprendizado e a cognição.¹⁴ As experiências cotidianas de uma criança em ambientes de aprendizagem precoce, muitas vezes conhecidas como “qualidade do processo” englobam as interações entre o cuidador e as crianças e entre as crianças e seus pares, bem como a qualidade das rotinas diárias e a implementação dos currículos.¹⁵ Evidências de estudos na América Latina sugerem níveis extremamente baixos de qualidade de proces-
so.^{16, 17}

Arranjo típico de cuidado infantil para mulheres empregadas com crianças menores de 6 anos

Poucas mulheres empregadas em países em desenvolvimento têm acesso a creches ou creches organizadas



Source: Unweighted averages calculated by UN Women using data from ICF International 2015.

Note: N=31 developing countries. Surveys were conducted between 1995 and 2002. This indicator corresponds to the percentage of respondents answering the question “Who looks after your child(ren) while you are at work?”

A falta de financiamento contribui para a capacidade de recrutar e reter uma força de trabalho qualificada. Frequentemente, os trabalhadores da primeira infância são subvalorizados, mal pagos e inadequadamente preparados.¹⁸ Isso é verdade tanto no setor sem fins lucrativos, que tende a funcionar com um “voluntarismo profundamente marcado por gênero”, que às vezes pode significar “auto-exploração” e no setor com fins lucrativos, “que tende a oferecer empregos.”¹⁹ Os esforços recentes da Iniciativa da Força de Trabalho na Primeira Infância começaram a documentar os desafios enfrentados pela força de trabalho, com uma série de estudos de casos recentes destacando treinamento inadequado, baixa remuneração e falta de treinamento inadequado, baixa remuneração e falta de reconhecimento profissional.²⁰ Sem recursos públicos, continuarão a haver compensações entre a qualidade do atendimento e a acessibilidade desses cuidados para os pais, embora, em geral, as sociedades obtenham retornos dos investimentos feitos em crianças pequenas.²¹

Uma barreira principal que as famílias enfrentam ao acessar o serviço de assistência infantil é o custo.²² Dados coletados de relatórios de países mostram que apenas 45% dos países do mundo oferecem educação pré-primária gratuita, número que cai para 15% para os LIC.²³ Além disso, pesquisas com cuidadores²⁴ e os poucos dados disponíveis sobre os custos diretos da assistência formal privada em LIC e MICs apontam para despesas significativas. Por exemplo:

- Uma pesquisa de 2005 no estado de Edo, na Nigéria, descobriu que, em média, o jardim de infância privado para uma criança só, custa mais da metade do salário de alguém que ganha o salário mínimo.²⁵
- um estudo de quatro áreas peri-urbanas da África Subsaariana descobriu que o custo médio de uma criança na pré-escola representava entre um quarto e quase metade dos gastos mensais de uma pessoa média.²⁶

Na América Latina, em contraste, onde o envolvimento do setor público na prestação de serviços de assistência infantil é extenso, as evidências sugerem que os programas apoiados publicamente são acessíveis (abaixo de 10% da renda média domiciliar per capita) ou moderadamente (entre 10% e 20% por cento). Ao mesmo tempo, dados de inquéritos de seis países mostraram que, entre o terço dos agregados familiares que pagam honorários para cuidados infantis, as despesas médias equivalentes

representavam mais de 10 por cento da renda familiar em todos os países e quase 30 por cento da renda na Guatemala.²⁷

Em países de alta renda, a assistência infantil é custosa em relação ao salário das pessoas, e algumas evidências sugerem que ela se tornou mais cara. Em 34 países da OCDE, um estudo recente estimou o custo de assistência infantil ou pré-escola para uma criança de 2 anos a cerca de 27% do salário bruto médio de um trabalhador, de cerca de 3% do salário médio na Áustria para 50% ou mais na Austrália, Holanda e o Reino Unido, entre outros países.²⁸

Não obstante, os custos, há evidências acumuladas de que os investimentos públicos no desenvolvimento da primeira infância podem produzir enormes ganhos, especialmente para crianças desfavorecidas.²⁹ Os retornos anuais desses investimentos começam em 7% e podem ser ainda maiores quando se consideram os benefícios de longo prazo do desenvolvimento do capital humano. Por exemplo, um estudo de 2016 realizado nos Estados Unidos analisou dois programas que começaram na década de 1970 e forneceram assistência gratuita a crianças de 8 semanas a 5 anos em famílias de baixa renda. O estudo encontrou marcantes benefícios sustentáveis em renda, nível de escolaridade, saúde, qualidade de vida e outros aspectos do desenvolvimento adulto.³⁰ O ensino pré-primário também é o estágio de melhor custo-benefício: o custo de oportunidade do tempo das crianças é menor; intervenções precoces são conhecidas por terem maiores efeitos sobre as habilidades cognitivas; e a participação pode estimular a matrícula e a obtenção em séries posteriores.³¹ No entanto, os esforços para impulsionar a frequência pré-primária são muito subfinanciados.

Nos LIC e MIC, em média 0,08 por cento do PIB é gasto em educação pré-primária, enquanto 0,32 por cento é necessário para proporcionar um ano de educação pré-primária universal, de acordo com a meta dos ODS 4,2 (um aumento de quatro vezes).³² Um pequeno número de países priorizou a pré-escola: no Vietnã, no Estado da Palestina e na República Unida da Tanzânia, as matrículas aumentaram em pelo menos 20% em menos de uma década.³³ A tendência é que o financiamento do governo fique aquém, assim como o financiamento dos doadores: os investimentos em educação infantil representam 0,5 por cento da ajuda total à educação, um número que reflete um declínio de 27 por cento entre 2015 e 2017.³⁴ Além disso, os investimentos necessários na primeira infância muito além do ensino pré-primário para incluir cuidados de saúde, extensão parental e

registro de nascimento - como refletido no recente apelo do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento da Iniciativa do G20 para o Desenvolvimento na Primeira Infância para uma referência nacional mínima de 1 por cento do PIB para o desenvolvimento na primeira infância, com os LIC exigindo assistência internacional adicional.³⁵ O objetivo é de 2 por cento do PIB.

O outro aspecto da situação é que as compensações que as mães enfrentam entre cuidar de seus filhos e engajar-se em trabalho remunerado comprometem seu empoderamento econômico, não apenas reduzindo engajamento no mercado de trabalho, a segmentação consolidada e aumento da probabilidade de assumir trabalho em tempo parcial, informal, mais inseguro e domiciliar.³⁶ As estimativas do custo do trabalho remunerado desaproveitado, existem em abundância na economia - por exemplo, nas economias da América Latina e do Caribe (onde 50 - 60 por cento das mulheres participaram nos mercados de trabalho), Mateo Diaz e Rodriguez-Chamussy (2016) relatam perdas que variam de 3,5 por cento do PIB (México) a 16,8 por cento (Honduras), com base nos níveis de educação de mulheres fora do mercado de trabalho.³⁷ As más condições de trabalho - tais como horas longas e imprevisíveis, trabalho em turnos, longos tempos de viagem e transporte não confiável e caro - também comprometem o acesso a creches. Uma das maneiras pelas quais as mulheres visam conciliar essa tensão é levar seus filhos com

elas para o trabalho remunerado, assim como 39 por cento das mulheres que trabalham, de acordo com o relatório da ONU sobre a Mulher descrito acima.³⁸ Tais ações aumentam as pressões sobre os cuidadores e expõem as crianças a condições inseguras de trabalho.

Uma resposta política chave é o desenvolvimento e expansão do acesso a cuidados infantis subsidiados, o que aumenta a probabilidade de emprego feminino e o número de horas trabalhadas, notadamente onde os níveis básicos da participação feminina na força de trabalho são baixos¹. Por exemplo, um experimento em Nairóbi descobriu que o uso de assistência infantil subsidiada por mulheres pobres aumentou sua probabilidade de emprego em 20 pontos percentuais,⁴⁰ o que repercutiu em estudos de outras partes do mundo.⁴¹ As sociedades podem se beneficiar tanto dos retornos econômicos para o aumento da oferta de mão-de-obra feminina quanto do potencial de criar empregos e gerar renda dentro da indústria de assistência infantil. Mas a provisão de creches por si só é insuficiente para melhorar os resultados do mercado de trabalho das mulheres - políticas e investimentos complementares são necessários para promover educação, licença maternidade e outras proteções trabalhistas (especialmente para trabalhadores informais) e políticas trabalhistas como arranjos de trabalho flexíveis.⁴²

Recomendações

O chamado à ação na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e na Iniciativa do G20 em 2018 para o Desenvolvimento na Primeira Infância,⁴³ juntamente com o momento atual em torno do empoderamento econômico das mulheres, oferece um momento oportuno para assegurar uma mudança transformadora na vida de mulheres e crianças. A recomendação geral deste relatório é que os governos devem procurar assegurar o acesso universal a cuidados de primeira infância de qualidade para todas as crianças (incluindo educação pré-primária, creches, atendimento domiciliar) e apoio para cuidados informais fornecidos pela família, amigos e vizinhos. Os recursos públicos da pré-escola devem ser integrados em ambientes que atendam às diversas necessidades das famílias que trabalham, o que

deve ser visto como uma oportunidade para promover a educação, a saúde e a nutrição, bem como o envolvimento da família. Esforços especiais devem ser feitos para recrutar e reter uma força de trabalho qualificada para a primeira infância. Os programas de visitas domiciliares e/ou redes de apoio tradicionalmente voltadas para os pais podem ser usados para chegar a provedores de cuidados infantis domiciliares com informações, materiais e treinamento sobre o desenvolvimento infantil. Além disso, as necessidades de cuidados não param quando as crianças atingem a idade escolar. Devem ser asseguradas condições de apoio bem supervisionadas e de desenvolvimento depois do horário escolar e durante os meses de verão, quando a escola pode não estar em funcionamento.

1. Um modelo global notável é o programa Estancias do México.³⁹

Questões relacionadas ao desenvolvimento na primeira infância não devem ser separadas do contexto familiar mais amplo. As abordagens denominadas 'família inteira' ou 'duas gerações' reconhecem como a educação, a estabilidade econômica e a saúde dos pais afetam as trajetórias de desenvolvimento das crianças e vice-versa e apontam para as sinergias que podem resultar da prestação de serviços para a primeira infância ao lado do apoio às famílias.⁴⁴

A bifurcação histórica de creches e educação ou de cuidados com a criança e de saúde é um obstáculo para atender a todas as necessidades das famílias. A nova visão para o cuidado das crianças deve se ver como uma oportunidade e não como um déficit, e como uma oportunidade para promover segurança e proteção, saúde, nutrição, educação e cuidados responsáveis - todos os elementos-chave para nutrir o cuidado.⁴⁵

Recomendações para governos:

- Desenvolver planos nacionais de cuidados infantis intersetoriais que avaliem as necessidades das famílias trabalhadoras (tanto na economia formal como informal), desenvolver e realinhar as políticas de primeira infância para atender a essas necessidades e promover parcerias inovadoras públicas e privadas.
- Mobilizar e canalizar fundos públicos para subsidiar a prestação de cuidados (em casas, centros e outras organizações comunitárias) e para apoiar a força de trabalho de cuidados infantis.
- Encorajar as empresas privadas a avaliar as necessidades de cuidados infantis dos funcionários e investir em soluções para satisfazer essas necessidades e as da comunidade envolvente.
- Melhorar a coleta de dados de indicadores essenciais sobre o acesso, a qualidade e os custos da assistência infantil, particularmente para as famílias de baixa renda.

Os empregadores podem se beneficiar do reconhecimento do argumento de negócios para investir

em serviços de babá ao lado de outras políticas favoráveis à família e da implementação de políticas apropriadas. Evidências recentes baseadas em estudos de caso de empresas demonstram que os retornos podem ser consideráveis - como no Vietnã, onde a oferta de produtos infantis da Nalt Enterprise reduziu a rotatividade de pessoal em um terço, ou na Jordânia, onde após o estabelecimento de um local de trabalho creche, no fabricante de roupas MAS Kreed Al Safi-Madaba, as ausências por motivo de doença caíram 9% em nove meses.⁴⁶

Outras recomendações:

- Investir em diagnósticos para averiguar os benefícios e custos associados ao fornecimento ou facilitação do acesso a cuidados infantis de qualidade.^{47, 48}
- Considerar a demanda e as preferências dos funcionários em relação aos serviços de cuidados infantis para ajudar a informar o design de opções apropriadas e contextualmente relevantes.⁴⁹
- Apoiar políticas públicas que promovam financiamento para assegurar acessibilidade e qualidade.

Finalmente, esquemas híbridos baseados em coordenação público-privada oferecem um enorme potencial²

Recomendações adicionais:

- Identificar sinergias e complementaridades em termos do que os esforços públicos e privados podem contribuir (em termos de prestação de serviços e financiamento) e os retornos prováveis; e
- Criar mecanismos de financiamento inovadores para estimular o investimento em políticas favoráveis à família, como empréstimos a juros baixos, impostos vinculados, pagamentos por esquemas de resultados e títulos de impacto social (que tornam os retornos do investimento condicionados a melhores resultados sociais).⁵⁰

2. Exemplos são Creches Móveis na Índia, Inovações Kidogo no Quênia e Smartstart na África do Sul

Notas finais

1. Samman, Emma, et al., 'Women's Work: Mothers, children and the global childcare crisis', Overseas Development Institute, London, March 2016, <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/10333.pdf>>.
2. United Nations Children's Fund, Every moment matters for every child, UNICEF, New York, 2017, <https://www.unicef.org/media/files/UNICEF_Early_Moments_Matter_for_Every_Child_report.pdf>.
3. Ibid.
4. Richter, Linda M., et al., Advancing Early Childhood Development: from Science to Scale 3 Investing in the foundation of sustainable development: pathways to scale up for early childhood development, The Lancet, 2016, <<https://www.thelancet.com/series/ECD2016>>.
5. Samman, Emma, et al., 'Women's Work: Mothers, children and the global childcare crisis', Overseas Development Institute, London, March 2016.
6. World Bank, World Development Indicators. Washington DC, 2019, <<https://datacatalog.worldbank.org/dataset/world-development-indicators>>.
7. Klasen, Stephan, 'What Explains Uneven Female Labor Force Participation Levels and Trends in Developing Countries?', Discussion Paper No. 246, Courant Research Centre: Poverty, Equity and Growth, 2018, <<https://www.econstor.eu/handle/10419/175179>>.
8. United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women, UN Women and the World Bank Unveil New Data Analysis on Women and Poverty, UN Women, 2017 <<http://www.unwomen.org/en/news/stories/2017/11/news-un-women-and-the-world-bank-unveil-new-data-analysis-on-women-and-poverty>>.
9. United Nations General Assembly Resolution 70/1, Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development, A/RES/70/1, October 2015, <<http://undocs.org/A/RES/70/1>>.
10. Woetzel, Johnathan, et al., 'How Advancing Women's Equality Can Add \$12 Trillion to Global Growth', McKinsey & Company, 2015, <https://www.mckinsey.com/~media/mckinsey/featured_insights/employment_and_growth/how_advancing_womens_equality_can_add_12_trillion_to_global_growth/mgi_power_of_parity_full_report_september_2015.ashx>.
11. Thevenon, Olivier, et al., 'Effects of Reducing Gender Gaps in Education and Labour Force Participation on Economic Growth in the OECD', OECD, Paris, December 2012, <https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/effects-of-reducing-gender-gaps-in-education-and-labour-force-participation-on-economic-growth-in-the-oecd_5k8xb722w928-en>.
12. Engle, Patrice L., et al., 'Strategies for Reducing Inequalities and Improving Developmental Outcomes for Young Children in Low-Income and Middle-Income Countries' The Lancet, vol. 378, no. 9799, September 2011, pages 1339-1353, <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(11\)60889-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(11)60889-1)>.
13. United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women, Progress of the World's Women 2015-2016: Transforming economies, realizing rights, UN Women, New York, 2015, <<http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2015/4/progress-of-the-worlds-women-2015>>.
14. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Global Monitoring Report: Education for All 20002015 - Achievements and Challenges, UNESCO, Paris, 2015, <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232205>>.
15. Early Learning Partnership, Guidance Note: Measuring the quality of early learning programs, World Bank, Washington, DC, 2016, <<http://documents.worldbank.org/curated/en/474431473958525937/pdf/108285-revised-public-elp-gn-measuringquality-cep.pdf>>.
16. Berlinski, Samuel and Schady, Norbert, 'More Bang for the Buck: Investing in early childhood development.' The Early Years: Child Wellbeing and the Role of Public Policy, edited by Berlinski, S. & Schady, N, Palgrave Macmillan, New York, January 2015, pp. 149-178.
17. Araujo, M. C., 'How to Promote High-Quality Child Care Services in Latin America', IADB. Washington DC, 2017 <<https://blogs.iadb.org/desarrollo-infantil/en/high-quality-child-care-services/>>.
18. Neuman, Michelle, et al., 'Policy Lessons for Strengthening and Supporting the Early Childhood Workforce', Early Childhood Matters: Advances in Early Childhood Development 127 2018, pp. 59-64.
19. Samman, Emma, et al., 'Women's Work: Mothers, children and the global childcare crisis', Overseas Development Institute, London, March 2016, <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/10333.pdf>>.
20. Early Childhood Workforce Initiative, 'Country Briefs', 2019, <<http://www.earlychildhoodworkforce.org/country-briefs>>.
21. Folbre, Nancy, 'Children As Public Goods', The American Economic Review, vol. 84, no. 2, 1994, pp.86-90, <<https://www.jstor.org/stable/pdf/2117807.pdf>>.
22. Moussie, Rachel, 'Childcare From the Perspective of Women in the Informal Economy', UN Secretary-General's High-Level Panel on Women's Economic Empowerment, 2016, <http://www.wiego.org/sites/wiego.org/files/resources/files/WIEGO_childcare-informal-economy.pdf>.
23. Milovantseva, Natalie, et al., 'Monitoring Progress Toward Meeting the United Nations SDG on Pre-primary Education: An important step towards more equitable and sustainable economies', International Organisations Research Journal, vol. 13, no. 4, 2018, pp.122-143, <<https://iorj.hse.ru/en/2018-13-4/228932946.html>>.
24. Bhatkal, Tanvi, 'What Do Women Want? Gender, perceptions data and development priorities', ODI, London, 2014, <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/9117.pdf>>.
25. Olubor, Roseline O., Private Cost Analysis of Pre-School Education in Nigerian Private Schools, J Soc Sci, vol.19, no.2, 2009, pp.141-148, <<http://www.krepublishers.com/02-Journals/JSS/JSS-19-0-000-09-Web/JSS-19-2-000-09-Abst-PDF/JSS-19-2-141-2009-659-Olubor-R-O/JSS-19-2-141-2009-659-Olubor-R-O-Tt.pdf>>.
26. Bidwell, Kelly and Watine, Loic, 'Exploring Early Education Problems in Peri-urban Settings in Africa: Final Report', Innovations for Poverty Action, Newhaven, CT, 2014, <https://www.poverty-action.org/sites/default/files/publications/final_ecd_report_full.pdf>.
27. Diaz, Mercedes M. eand Rodriguez-Chamussy, Lourdes. 'Cashing in on Education: Women, childcare, and prosperity in Latin America and the Caribbean', International Bank of Reconstruction and Development and The World Bank, Washington, DC, 2016, <<https://publications.iadb.org/publications/english/document/Cashing-in-on-Education-Women-Child-care-and-Prosperity-in-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf>>.
28. Organisation for Economic Co-operation and Development, OECD Family Database, 2017 <http://www.oecd.org/els/soc/PF3_4_Childcare_support.pdf>.

29. Heckman, James J., 'Schools, Skills, and Synapses', *Economic Inquiry* vol. 46, no. 3, 2008, pp.289-324, <<https://www.nber.org/papers/w14064>>.
30. Garcia, Jorge L., et al., 'Quantifying the Life-Cycle Benefits of a Prototypical Early Childhood Program', Working Paper No. 23479, National Bureau of Economic Research, 2017 <<https://www.nber.org/papers/w23479>>.
31. Psacharopoulos, George 'Benefits and Costs of the Education Targets for the Post-2015 Development Agenda: Education perspective paper', Copenhagen Consensus Center, July 2014, <https://www.copenhagenconsensus.com/sites/default/files/education_assessment_-_psacharopoulos_0.pdf>.
32. Putcha, Vidya, et al., 'Financing Early Childhood Development: An analysis of international and domestic sources in low-and middle-income countries', Results for Development Institute, Washington, DC, August 2016.
33. Zubairi, Asma and Rose, Pauline 'Leaving the Youngest Behind: Declining aid to early childhood education', *Theirworld*, 2019, <<https://s3.amazonaws.com/theirworld-site-resources/Reports/Theirworld-Leaving-The-Youngest-Behind-2nd-Edition-April-2019.pdf>>.
34. Ibid.
35. Britto, Pia, et al., 'G20's Initiative for Early Childhood Development', *The Lancet*, vol. 392, no. 10165, December 2018, pp. 2695-2696, <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)33058-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)33058-7)>.
36. Hunt, Abigail and Samman, Emma, 'Women's Economic Empowerment: Navigating Enablers and Constraints', Overseas Development Institute, London, 2016, <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/10683.pdf>>.
37. Ibid.
38. Ibid.
39. 3Ibid.
40. Clark, Shelley, et al., 'Can Subsidized Early Child Care Promote Women's Employment? Evidence from a Slum Settlement in Africa', *Grow Working Paper Series (GWP-2017-05)*, Institute for the Study of International Development, Montreal, Canada, 2017, <<http://grow.research.mcgill.ca/pubs/gwp-05-2017.pdf>>.
41. Ibid.
42. Ibid.
43. Ibid.
44. Ascend at the Aspen Institute and the Bernard Van Leer Foundation, *Breaking the Cycle of Poverty: Whole Family Approach*, September 2016, <<https://bernardvanleer.org/pufc-lications-reports/breaking-the-cycle-of-poverty/>>.
45. World Health Organization, UNICEF, World Bank Group, EC-DAN, The Partnership for Maternal Newborn & Child Health, 'Nurturing Care for Early Childhood Development: A framework for helping children survive and thrive to transform health and human potential', WHO, Geneva, 2018, <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272603/978924154064-eng.pdf>>.
46. International Finance Corporation, *Tackling Childcare: The business case for employer-supported childcare*, IFC, 2017 <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/gender+at+ifc/priorities/employment/tackling_childcare_the_business_case_for_employer_supported_childcare>.
47. Ibid.
48. Gammage, Sarah, et al., *The Hidden Costs of Unpaid Caregiving*. Finance & Development, International Monetary Fund, Washington, DC, March 2019, pp. 21-23, <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2019/03/pdf/fd0319.pdf>>.
49. Ibid.
50. Ibid.



Published by UNICEF
Early Childhood Development
3 United Nations Plaza
New York, NY 10017, USA

For the latest data, please visit:
www.unicef.org/early-childhood-development/family-friendly-policies

© United Nations Children's Fund (UNICEF)
July 2019